



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14766 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES E A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

Dayanna Pereira dos Santos - INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG

FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES E A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

Introdução

A pesquisa aborda a formação de professores alfabetizadores de crianças com deficiência, sobretudo, autista, frente ao paradigma da inclusão escolar. Os dados foram obtidos da análise do Projeto de Curso de Pedagogia de uma instituição pública de ensino em Goiânia; das diretrizes do programa Alfabetização em Foco e das narrativas provenientes de entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco alfabetizadoras que tiveram a experiência de alfabetizar crianças autistas na rede pública de ensino. A análise baseou-se nos princípios psicanalíticos de Kupfer (2005) em relação à formação subjetiva dos autistas e inclusão e de Magda Soares (2009) no que diz respeito à compreensão da alfabetização como um processo que envolve a imersão da criança no reconhecimento dos usos da cultura escrita como um processo discursivo. Os resultados mostraram que, embora as diretrizes formativas da licenciatura em Pedagogia da instituição pesquisada estejam centradas em ações de ensino, pesquisa e extensão na educação formal e não formal, a questão específica da alfabetização de crianças com necessidades especiais, como as crianças autistas, foi abordada de forma diminuta no currículo, reverberando negativamente na prática docente.

Desenvolvimento:

Ao analisarmos o Projeto do Curso de Licenciatura em Pedagogia de uma instituição Federal em Goiânia, identificamos que as proposições curriculares postas no documento destacam o conceito de Educador Social, que abrange seis eixos formativos, sendo eles: docente; epistemológico; profissional; científico; social e didático-pedagógico. O objetivo da análise da matriz curricular do projeto foi identificar as proposições para a formação do pedagogo no campo da alfabetização, da Educação Especial e da Inclusão de crianças com deficiência, especialmente crianças autistas. No entanto, em relação à formação em alfabetização, a análise revelou que poucas menções sobre o assunto foram feitas no documento, não havendo nenhuma disciplina obrigatória dedicada à alfabetização, apenas sendo mencionada como uma disciplina optativa, com uma carga horária total de 27 horas (1

hora e 30 minutos semanais), oferecida de acordo com a disponibilidade do corpo docente.

O mesmo foi identificado em relação à temática da alfabetização no âmbito da Educação Especial relacionada indiretamente apenas a uma disciplina de fundamentos da educação especial e inclusão, ofertada no sexto período do curso, que trata de conteúdos relacionados a aspectos históricos, políticos, legais, tecnológicos da educação especial, sem, contudo, propor estudos sobre a alfabetização de pessoas com deficiência. Notamos, também a oferta de uma disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais), de 54 horas, voltada para o ensino de aspectos históricos, legais, culturais, conceituais, gramaticais e linguísticos da Libras, não contemplando em seus ementaria questões relacionadas a alfabetização da pessoa surda. Importa, esclarecer que a concepção de alfabetização adotada nesta pesquisa considera, a partir de Magda Soares (2009), a noção de "alfabetizar letrando", que implica tanto no processo de aquisição do código escrito, nas habilidades da leitura e da escrita, quanto na compreensão dos significados da cultura letrada.

As cinco professoras participantes da pesquisa são nomeadas, neste estudo, de A, B, C, D e E, elas são formadas em Pedagogia, egressas do curso investigado e estão na docência entre 2 e 5 anos, trabalhando em turmas de alfabetização na rede pública regular de ensino na cidade de Goiânia. Fazem uma carga horária semanal de trabalho de 30 horas/aula. As trajetórias dessas professoras se engendram, pois todas vivenciaram a experiência de alfabetizar crianças autistas em 2023. As narrativas foram recolhidas em entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, posteriormente transcritas e analisadas.

A primeira questão abordada com as professoras foi relacionada ao conceito de autismo, ou seja, qual a compreensão delas em relação ao modo de conceituar o TEA. A esse respeito, as participantes deste estudo mostram não conhecer as características apresentadas pelo DSM-IV. Foi recorrente nas falas a menção aos déficits, ao que falta e, também, ao que, na percepção das docentes, causa estranhamento como os movimentos estereotipados e o apeço pela rotina. Observamos, portanto, que a evidente complexidade e heterogeneidade nas manifestações do autismo confundem as professoras. De acordo com Kupfer (2005), as deficiências estão presentes na escola, incluindo o autismo. Portanto, é urgente que os cursos de formação de professores abordem e se ocupem da demanda sobre alfabetização de pessoas com deficiência na escola regular sem contudo submeter as crianças com deficiência aos padrões de normalidade impostos pelo discurso dominante, que, revestido de ciência, exclui aqueles que não se encaixam nas referências comportamentais consideradas como padrão.

Sob esse prisma, questionou-se aos participantes da pesquisa sobre como os aspectos relacionados à alfabetização de pessoas com deficiências foram abordados no curso de graduação e se a questão do autismo foi tratada. A esse respeito, a Professora B afirmou: “No curso de Pedagogia, fiz as disciplinas de Libras e Fundamentos da Educação Especial, mas os estudos realizados eram sobre a importância da inclusão, não abordamos nada sobre as práticas pedagógicas”. Nas palavras da Professora C: “Não tivemos a disciplina de Alfabetização e Letramento, e hoje sinto muita falta. Em várias situações, não sei como planejar as atividades. No Curso de Pedagogia, refletimos sobre a inclusão, mas isso não foi suficiente para o trabalho de inclusão na escola”.

Embora o relato da professora evidencie que no curso de formação inicial ela não teve acesso à temática da alfabetização com crianças com deficiência de forma adequada, é importante esclarecer que a legislação educacional vigente pressupõe que as instituições formadoras desenvolvam práticas pedagógicas inclusivas em cursos e programas de formação inicial e continuada de professores/as. Portanto, o contato com a questão da alfabetização de pessoas com deficiência não pode se limitar apenas ao cotidiano do trabalho docente, como a Professora E, revela: “Durante a graduação questão da alfabetização e a inclusão sempre foi tratada de forma generalizada. Não estudamos sobre as particularidades do público da educação especial. Eu concluí o curso sem conhecer as características das pessoas autistas e sem conhecer nada sobre os métodos de alfabetização.” Na sequência, ela diz

complementando: "Eu tive muita dificuldade com as crianças na alfabetização. Foi no programa de Alfabetização em Foco da secretaria de educação que eu vi rapidamente algumas apostilas e exercícios com propostas de intervenções no processo de alfabetização, mas nada com as crianças com deficiência. Na escola me sinto isolada" (Professora , 05)

Observamos que as narrativas acima têm como pontos de convergência a ênfase na incipiência dos estudos e práticas sobre a alfabetização da pessoa com deficiência, especialmente das crianças autistas, oferecidos pelo curso de Licenciatura em Pedagogia. Percebemos que, por vezes, as professoras se sentem inseguras, não preparadas, solitárias e silenciadas.

Além disso, a Professora E, em seu relato, menciona o Programa Alfabetização em Foco, instituído pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia em 2022, fundamentado no Programa "Tempo de Aprender" do Ministério da Educação; e também no Programa AlfaMais Goiás, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc); em consonância com o exposto nos materiais didáticos: Aprender Sempre e Aprova Brasil para o Ensino Fundamental, elaborados a partir de uma concepção restrita de alfabetização, centrada no método fônico, na audição, na repetição e na memorização de grafemas e fonemas, centrado na formação de professores/as por meio da oferta de apostilas e materiais prontos, desconsiderando a autonomia docente. O programa Alfabetização em Foco revelou-se uma proposta de formação continuada em práticas de alfabetização nos termos da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo decreto nº 9765, de 11/04/2019, e revogada pelo Decreto Nº 11.556, de 12 / 06/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Por conseguinte, as narrativas das professoras corroboram a importância de um projeto de trabalho formativo para que uma criança autista, assim como qualquer outra, seja atendida no seu direito de aprender a ler, escrever e atuar na sociedade letrada. A atuação docente não deve estar pautada na deficiência, no que falta, no não saber, mas sim no sujeito em si e em suas potencialidades. De acordo com Godoi, Rocha e Leit (2023, p. 16), os cursos de formação devem contribuir para que os futuros profissionais não sejam reprodutores das desigualdades e/ou instrumentos de manutenção das ideias e concepções dominantes, mas que atuem de forma contrária, não atendendo a interesses e ideologias articulados às propostas políticas de mecanização e mercantilização da alfabetização, e sim utilizando o conhecimento sócio-histórico e científico-tecnológico para intervir na realidade e criar novos conhecimentos.

Sob esse prisma, entendemos que a abordagem generalizante dada à alfabetização no projeto do curso pesquisado ressoa de forma negativa na formação de seus egressos, principalmente no que diz respeito à atuação docente do Pedagogo em turmas de alfabetização. Tal proposição é verificada na análise das narrativas das professoras alfabetizadoras, egressas dessa instituição, que relataram desconhecimento e inseguranças vinculadas ao processo de ensino inicial de leitura e escrita, especialmente com crianças com deficiências, incluindo as crianças autistas. Vale ressaltar que a finalidade desta reflexão não é propor a formação de Especialistas em Educação Especial, mas salientar a importância de que os cursos de Pedagogia considerem em seus projetos a necessidade de distinguir e contemplar especificamente o processo de alfabetização das crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Considerações finais:

Como Deleuze e Parnet (s.d) apontam, "não se escreve simplesmente por escrever. [...] escreve-se porque algo da vida passa em nós. Escreve-se para a vida". Portanto, escrevemos aqui na tentativa de afirmar que talvez a questão não seja se deter nos obstáculos relacionados à formação de professores alfabetizadores no campo da educação especial, mas sim seguir em direção à defesa de uma alfabetização nas/com as diferenças na escola para todos/as. Nesta escrita, não se buscou abordar tudo, nem estabelecer um sentido único para as narrativas dos professores. Assim, longe de apresentar soluções definitivas para as questões levantadas,

procuramos dialogar com as tensões vivenciadas no curso pesquisado e também vislumbrar caminhos para que na/pela inclusão seja reconhecido o singular de cada um e compreendido que a formação de professores alfabetizadores precisa abranger a diversidade.

Palavras-chave: Alfabetização. Formação de Professores. Alfabetizadores. Inclusão Escolar. Autismo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto nº 11.556 de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 110, p. 3, 13 jun. 2023.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. O Abecedário de Gilles Deleuze. Transcrição integral do vídeo, para fins exclusivamente didáticos, s.d.

GODOI, E.; ROCHA, J. G.; LEITE, L.S. Formação de professores alfabetizadores e a inclusão escolar da criança com deficiência. Dossiê Formação de professores alfabetizadores: políticas, saberes e práticas. Revista Eletrônica de Educação, v. 17.22, j P. P. C. Projeto Pedagógico de Curso. Licenciatura em Pedagogia, Goiânia, 2017.

SEDUC-GO. ALFAMAIS GOIAS. Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada.pdf. Disponível em <https://site.educacao.go.gov.br/>. Acesso em 03, fev. 2024.

KUPFER, M. (org.). Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo ponte – pré-escola terapêutica lugar de vida. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2005.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros / Magda Soares. - 3. ed. -. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 128p.